

# AXIOMÁTICA MORTUÁRIA: ENTRE AS FORÇAS PRODUTIVAS E DESTRUTIVAS DO DINHEIRO

## MORTUARY AXIOMATIC: BETWEEN THE PRODUCTIVE AND DESTRUCTIVE FORCES OF MONEY

Agnes de Oliveira Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto busca abordar, a partir da obra *Capitalismo e Esquizofrenia*, o problema do regime de violência historicamente específico do capital como relação social. Desde *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari se esforçam para tematizar as relações sociais não só em suas especificidades, mas em suas *diferenças de natureza*. Apreender a *forma* das relações sociais em suas especificidades históricas implica, assim, apreender diferentes regimes de violências a partir dos quais tais relações sociais se estruturam e se reproduzem. No caso do capitalismo, trata-se de apreendermos qual é o regime de violência específico da forma-dinheiro como relação social. Nesse sentido, se torna necessário não só analisarmos a relação entre forma-monetária e produção, relação pela qual o dinheiro enquanto capital empreende seu processo de objetivação, produzindo a realidade sobre a qual se exerce, mas também a relação entre forma-monetária e *anti-produção*, que revela como tal processo de auto-objetivação do capital implica uma relação específica entre produção e morte, que é analisado por Deleuze e Guattari a partir do conceito de anti-produção.

**Palavras-chave:** Dinheiro. Capital. Violência. Produção. Anti-produção.

**Abstract:** This text seeks to address, from the work *Capitalism and Schizophrenia*, the problem of the historically specific regime of violence of capital as a relation social. Since *Anti-Oedipus*, Deleuze and Guattari strive to thematize social relations not only in their specifics, but in their differences in nature. Apprehending the *form* of social relations in their historical specificities implies, therefore, apprehending different regimes of violence from which such social relations are structured and reproduced. In the case of capitalism, it is a question of apprehending the specific regime of violence of the *money-form* as a social relationship. In this sense, it becomes necessary not only to analyze the relationship between monetary-form and production, the relationship through which money as capital undertakes its process of objectification, producing the reality on which it is exercised, but also the relationship between monetary-form and *anti-production*, which reveals how this process of self-objectification of capital implies a specific relationship between production and death, which is analyzed by Deleuze and Guattari from the concept of anti-production.

**Keywords:** Money. Capital. Violence. Production. Anti-Production.

## 1. Introdução

O problema central do presente texto, abordado a partir da obra *Capitalismo e Esquizofrenia* do Deleuze e Guattari, consiste no seguinte: qual é o regime de violência

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: agnes.oliveira.costa1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0051-9262>

historicamente específico do capital?<sup>2</sup> Desde *O Anti-Édipo*, sobretudo no capítulo III intitulado *Selvagens, Bárbaros e Civilizados*, Deleuze e Guattari se esforçaram para tematizar as relações sociais não só em suas especificidades, mas em suas *diferenças de natureza*. Pierre Clastres, comentando o livro, dizia que *O Anti-Édipo* era, nesse sentido, também uma “teoria geral da sociedade e das sociedades” (*apud* Deleuze, 2005, p. 149). O conceito de axiomática elaborado inicialmente em *O Anti-Édipo* visa dar conta do capitalismo não como uma mera relação social específica - entendida estritamente como um modo de organizar o processo técnico de produção material e que seria estabelecida de maneira extrínseca entre, de um lado, trabalhadores e, de outro, capitalistas detentores do meio de produção - mas como um modo de vida complexo constituído por uma *forma* historicamente específica de relação social. Veremos, nesse sentido, que a mudança da forma muda o próprio ser das coisas, são mudanças, por assim dizer, também ontológicas.

Sibertin-Blanc comenta que “o conceito de axiomática é introduzido em 1972 para pensar de início não somente a especificidade da relação social capitalista, mas a forma singular que o capital confere à relação social.” (Sibertin-Blanc, 2013, p. 150). Assim, Deleuze e Guattari se esforçaram por tematizar as diferentes formas de relações sociais não só em suas especificidades, mas na *diferença radical de natureza* entre elas (Cursos de Vincennes, 16/09/1971). E é por essa razão que o recurso à antropologia na análise das formações sociais e da História Universal se faz tão presente em todo *Capitalismo e Esquizofrenia*. O recurso à antropologia não se limita ao fornecimento de materiais para comparar as diversas organizações sociais e extrair “invariantes sociológicas ou antropológicas, as bases universais sobre o fundo das quais poderiam ser distinguidos os diferentes modos por meio dos quais as coletividades humanas produzem suas condições materiais de existência” (Sibertin-Blanc, 2013, p. 150). Ao contrário, o recurso à antropologia, articulada com a crítica da economia política marxiana, visa destacar justamente a *diferença* entre as formações sociais não-capitalistas, cuja *forma de relação social* se caracteriza pela codificação e sobrecodificação, e a relação social capitalista, que se caracteriza por ser o contrário de todas as condições sociais determinadas por codificações ditas *extra-econômica*<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> No platô 7.000 a.C – *Aparelho de Captura*, os autores dizem: “A violência, encontramos-la por toda parte, mas sob regimes e economias diferentes” (Deleuze; Guattari, 2012b, p.121).

<sup>3</sup> De maneira grosseira, código e sobrecodificação são processos de produção social que consistem em qualificar os fluxos materiais e estabelecer uma relação entre eles que não compreende equivalência, pois não há uma abstração comum, enquanto a axiomática consiste numa abstração real que ao invés de qualificar os fluxos materiais os converte em “quantidades abstratas”. O que produz, aliás, modificações

Assim, ao recurso à antropologia se soma um outro, que é a releitura singular que os filósofos franceses fazem da crítica à economia política da Marx. Essa releitura está na base não só, como veremos, da análise do capitalismo de um triplo ponto de vista: genealógico, estrutural e tendencial, mas também da constituição de uma psiquiatria materialista. É a partir desse duplo terreno – o da antropologia e da releitura de Marx - que o conceito de axiomática será forjado com vistas a dar conta também do regime de violência historicamente específico do capitalismo. É que, como veremos, para os autores o capital “não domina as ‘relações sociais’ sem mudar o sentido dessas relações e a forma como elas fazem sociedade” (Sibertin-Blanc, 2013, p. 150). As relações sociais no capitalismo começam, assim, por “destruir o caráter social” a partir de processos de desterritorialização e descodificação, o que coloca o modo de produção capitalista “numa *relação-limite*”, como o “mais profundo negativo, o negativo de todas as formações sociais, no seio das quais ele ocupa um lugar literalmente impossível” (Sibertin-Blanc, 2013, p. 150).

## **2. Uma concepção materialista e histórica do desejo**

A concepção materialista renovada de Deleuze e Guattari é elaborada a partir da apropriação da concepção marxiana de processo de produção presente na *Introdução de 1857 à Crítica da Economia Política*. Marx, ao tratar da produção material, argumenta que a produção é imediatamente produção de distribuição e produção de consumo. Ou seja, há uma pressuposição recíproca entre produção, distribuição e consumo no interior do processo de produção. Assim, o processo de produção é sempre produção da produção, ou, em outros termos, a produção é sempre produção de si mesma, sem remeter a nada de externo ao seu ciclo. Essa identidade entre produção e produto conduz a um outro sentido do processo de produção marxiano: a identidade entre história e natureza. Quer dizer, homem e natureza não são dois termos postos um face ao outro, mas fazem parte de uma só e mesma realidade essencial autoprodutora<sup>4</sup>. O projeto de uma *psiquiatria materialista*, assentada numa concepção produtiva do desejo influenciada pela concepção marxiana de produção, precisa cumprir, portanto, duas exigências: 1) a *univocidade da produção*, isto é, tudo se diz produção do desejo, 2) a *imanência*: tudo se produz *no e pelo* desejo como

---

profundas nas técnicas de produção corporais e nas formas de investimento social dos órgãos (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 323-333).

<sup>4</sup> Sobre os sentidos de processo de produção, ver Deleuze e Guattari (2011b, p. 14-16).

autoprodução de uma só e mesma realidade essencial ou como *causa imanente* que não se separa de seus efeitos.

Uma das consequências e objetivos dessa concepção materialista do inconsciente é realizar, assim, uma “desespecificação” do inconsciente ou dissolução da separação das realidades: dissolver não só a divisão entre História e Natureza, afirmando sua identidade, mas também entre inconsciente, situado do lado da realidade psíquica, e sociedade. Na concepção dualista, que é aquela da psicanálise, o desejo investe o campo social apenas por relações de analogia, sublimação, projeção e identificação, mantendo a sua separação em relação à realidade material. Trata-se de dizer, então, contra a concepção dualista pela qual se compreende a relação entre inconsciente e sociedade, que *não há forma particular de existência que se poderia denominar realidade psíquica* (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 44 e p. 380-383). Ao contrário, desejo e social são um só e mesmo processo de produção: *há tão somente o desejo e o social, e nada mais*. O desejo é a infraestrutura material que produz a realidade. Assim, eles dirão que “se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 43).

Essa concepção do desejo como produção imanente e unívoca da realidade opera, entretanto, um deslocamento em relação à Marx. Pois, se em Marx o processo produtivo é pensado a partir da sua realização pelo dispêndio de trabalho humano, sobretudo na sua concepção dos modos de produção a partir da dialética entre forças produtivas e relações de produção, em Deleuze e Guattari, entretanto, o desejo não é uma condição antropológica ou um privilégio humano: tudo está pleno de desejo. A partir da afirmação do desejo como causa imanente da realidade, Deleuze e Guattari não pretendem nem antropologizar a natureza, nem biologizar a história humana, mas levar a um ponto de dispersão tais distinções. E o conceito de máquina desempenha aqui um papel central para a elaboração de um novo materialismo, que denominaremos, junto com Sibertin-Blanc, de materialismo histórico-maquínico.

Ao afirmar o comum pertencimento da natureza e da história a um mesmo processo de produção do real, Deleuze e Guattari levam a um ponto de dispersão também as teses mecanicistas e vitalistas que opõe máquina e organismo como se fossem duas realidades distintas. No ponto de dispersão, “é indiferente dizer que as máquinas são órgãos, ou que os órgãos são máquinas. As duas definições se equivalem: afirmar o homem como ‘animal vértebro maquinado’ ou como ‘parasita afídio das máquinas’” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 376).

O desejo como sexo não antropomórfico é, então, afirmado para mostrar “a comum participação das máquinas sociais e das máquinas orgânicas nas máquinas desejanter” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 381). O desejo é constituído não de órgãos, nem de máquinas, mas de máquinas-órgãos como elementos materiais anorgânicos, peças que são intensidades, graus de potência, capacidade de afetar e ser afetado, de compor relações de maneira aleatória a partir de ligações sem determinações estruturais prévias (sejam orgânicas, sociais ou técnicas). Se do ponto de vista do desejo há um trânsito entre a história e a natureza, é justamente pelo fato de as máquinas desejanter serem os elementos materiais que, pertencendo a uma mesma matéria intensa em autoprodução, ou a um fluxo material contínuo, participam das diversas formações molares e das suas reproduções como verdadeiros complexos inconscientes<sup>5</sup>.

E é o conceito de máquina que permitirá, nesse sentido, neutralizar uma perspectiva antropológica da produção do desejo ou ainda uma perspectiva biologizante. Mas essa concepção de máquina não se restringirá à análise do desejo como elemento material constituinte da sociedade, mas operará também na análise do que consiste uma sociedade e da diferença entre as sociedades. Deleuze e Guattari nos dizem que é o conceito de máquina que permitem conceber uma máquina social como constituída por uma forma molar, que é responsável por distribuir sobre seu corpo tanto os homens quanto as ferramentas. E tal instância maquinizante nunca é dada como tal, mas deve ser sempre inferida a partir dos termos e das relações postas em jogo nessa sociedade (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 531).

### **3. Abstração monetária e violência: o corpo pleno do dinheiro**

A máquina capitalista é uma verdadeira máquina social, e não é por metáfora: os trabalhadores e os capitalistas, tanto quanto as máquinas-técnicas, são peças dessa máquina social que organiza as máquinas desejanter, que distribui as potências da matéria, as forças e agentes de produção, e as colocam em relações sob condições determinadas, atribuindo aos elementos materiais do desejo formas e funções

---

<sup>5</sup> “O que define precisamente as máquinas desejanter é o seu poder de conexão ao infinito em todos os sentidos em todas as direções. É mesmo por isso que elas são máquinas que atravessam e dominam várias estruturas ao mesmo tempo” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 514). Ver também Sibertin-Blanc (2011, p. 96, tradução nossa): “A tese de uma imanência do desejo ao campo social, do investimento imediato da produção desejanter na produção socioeconômica coloca, imediatamente, a análise do desejo, de suas formações, de seus ‘complexos’, *sobre o terreno da análise social, econômica e política*”.

determinadas. A máquina desejanter capitalista realiza essa distribuição a partir de uma relação constituinte que é aquela entre capital-trabalho, entre “o capital como riqueza desterritorializada e a força de trabalho como trabalhador desterritorializado”, cujo encontro histórico aleatório “não para de ser reproduzido no capitalismo” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 531).

Do ponto de vista genealógico, o capitalismo pressupõe uma dissolução dos códigos sociais não-capitalista que libera elementos necessários para que se monte sua estrutura social. É nesse sentido que podemos interpretar o enunciado de Marx segundo o qual “dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência. Eles precisam ser transformados em capital” (Marx, 2013, p.786). Para que esses elementos sejam *transformados* em capital, é necessária a destruição dos códigos sociais pré-capitalistas que davam outras qualidades à matéria e funções determinadas aos elementos materiais transformados. Deleuze e Guattari chamam esse processo de destruição dos códigos de *descodificação*. Mas, além da descodificação, o capitalismo necessita também de processos de *desterritorialização*. Descodificação e desterritorialização nomeiam genericamente uma diversidade de processos históricos heterogêneos, independentes entre si e contingentes que o capitalismo supõe, mas que não explica por si mesmo. Esses processos, como a privatização da terra, monetarização dos impostos, apropriação dos meios de produção etc., podem ser organizados em torno de dois fluxos descodificados e desterritorializados principais: o dinheiro e a força de trabalho.

Não bastou, entretanto, que fossem liberados fluxos materiais a partir de processos de descodificação e desterritorialização. Deleuze e Guattari dizem que apesar das peças estarem dadas para a montagem da máquina capitalista era preciso que os dois fluxos “principais” se encontrassem. Quando o fluxo de trabalho livre e o fluxo de dinheiro se encontram ocorre a inscrição de uma forma historicamente singular de produção social. Deleuze e Guattari reforçam que esse encontro poderia não ter ocorrido, e a existência do dinheiro como capital e do trabalhador como força de trabalho abstrata se manteria apenas virtual. Quer dizer, o trabalho como atividade social abstrata cuja função é produzir quantidade abstrata encarnada nas mercadorias e expressa no dinheiro, e o dinheiro enquanto capital que encontra a força de trabalho no mercado, são, na verdade, não elementos externos um em relação ao outro, mas uma relação social interna da própria máquina capitalista. Ou, como dizem os autores, a relação capital-trabalho é uma relação diferencial do Capital-dinheiro consigo mesmo que, em seu automovimento, se diferencia

em capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho), em capital como trabalho morto ou passado e trabalho vivo.

Assim, a história do surgimento do capitalismo é a da contingência da conjunção desses processos de descodificação e desterritorialização e dos elementos resultantes de tais processos em uma relação social determinada. Quando esses elementos se encontram, aliás, todos os processos que fizeram o capital surgir, que eram pressupostos e contingentes, passam a serem postos e reproduzidos como de direito pertencentes ao ciclo do capital: o dinheiro, a mercadoria, a força de trabalho, a maquinaria, e a ampliação dos processos de descodificação e desterritorialização que tendem a abarcar o planeta aparecem como predicados do Sujeito que é o capital.

Retomando a análise do fetichismo de Marx, Deleuze e Guattari argumentam, assim, que o capital do ponto de vista estrutural, passa, então, de maneira “miraculosa” ou “divina” a distribuir sobre seu corpo social as forças e os agentes de produção, a atribuir a si “o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa” e a se apropriar do sobreproduto (a mais-valia) como de direito (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 23). Quer dizer, o capitalismo cria a realidade objetiva sobre a qual exerce, convertendo os fluxos materiais em quantidade abstrata ou naquilo que Marx chamou de *valor* e antecipando, assim, a extração do trabalho abstrato não-pago como sua finalidade. Deleuze e Guattari expressarão esse caráter miraculoso do capitalismo ao dizerem que a sociedade capitalista “constrói seu próprio delírio ao registrar o processo de produção”, mas não se trata de mero delírio da consciência, pois “é objetivamente que tudo parece produzido pelo capital enquanto quase- causa” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 23)<sup>6</sup>.

Assim, o capital enquanto quantidade abstrata acumulada na forma de dinheiro, como mais-valia, constitui de partida o próprio trabalho abstrato e quantificável como atividade social capitalista produtora de dinheiro. Essa é, aliás, a primeira razão pela qual Deleuze e Guattari caracterizaram o capitalismo como *corpo pleno do capital-dinheiro* ou como uma *axiomática*. Quando a relação entre dinheiro e trabalho é estabelecida, toda a organização social passa a se dar em torno da produção ampliada de dinheiro, que nada mais é que a representação de uma *quantidade abstrata* ilimitada tornada independente. Quantidade ilimitada, pois o dinheiro expressa uma abstração que é indiferente à natureza

---

6 Não é demais reforçar que no interior da psiquiatria materialista de Deleuze e Guattari o delírio não é um estado mental, de maneira distinta: “o delírio é a matriz em geral de todo investimento social inconsciente” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 366).

qualificada e codificada da matéria, podendo, assim, abarcar qualquer coisa sem limites. É essa qualidade abstrata do dinheiro que o impulsiona ao trabalho de acumulação para se manter enquanto tal, isto é, enquanto abstração capaz de representar universalmente toda a riqueza produzida. O dinheiro, assim, se torna o ponto de partida e de chegada do processo social, e expressa uma quantidade abstrata que remete sempre à inserção de um ilimitado na produção social. A mudança na *forma* da riqueza social, isto é, daquilo que a sociedade produz, que passa a ser agora algo de abstrato e quantificável, pressupõe, por sua vez, uma atividade social com uma forma igualmente abstrata, que é o trabalho. Por isso, a segunda razão para caracterizar a relação social capitalista como uma axiomática é o tornar-se concreto da quantidade abstrata ilimitada a partir da relação diferencial interna entre capital e trabalho ou na conversão do dinheiro em meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável). Capital constante e variável são duas formas que a abstração assume para se realizar concretamente no processo de produção. Tal conjunção deu, assim:

à abstração enquanto tal seu valor efetivamente concreto, sua tendência à concretização. A abstração não deixou de ser o que é, mas já não aparece na simples quantidade como uma relação variável entre termos independentes, pois agora é ela a detentora da independência, da qualidade dos termos e da quantidade das relações” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 302).

Ou seja, a *quantidade abstrata* enquanto forma de relação social expressa na forma do dinheiro passa a determinar o próprio ser das coisas, suas qualidades e suas funções. O próprio trabalho, nesse sentido, não é para Deleuze e Guattari uma realidade ontológica ou uma condição antropológica universal, mas é uma parte da “quantidade abstrata” ou do capital como *corpo pleno social*, mais precisamente, é a parte da quantidade abstrata capaz de gerar mais quantidade abstrata, isto é, a parte que constitui a atividade social criadora do capital e que confere uma forma abstrata às atividades antes codificadas. O abstrato tornado independente dá, assim, ao dinheiro um corpo social próprio, estruturado segundo a forma da abstração ilimitada que visa, num processo incessante de produção, a si mesma: *produção pela produção*.

Portanto, o capital não é apenas os meios de produção, não é apenas a mercadoria, não é somente o dinheiro nem o trabalho. Capital é, simultaneamente, os meios de produção (capital constante), a mercadoria (capital mercantil), o dinheiro (capital monetário) e o trabalho (capital variável), que são formas efetivas, “modos de existência”,



que o Capital, enquanto abstrato tornado independente, assume numa relação de diferenciação interna.

Essa dinâmica estrutural que tende ao ilimitado fornece ao capitalismo uma tendência interna ou uma temporalidade própria, que é uma temporalidade, segundo Deleuze e Guattari, diacrônica ou *esquiza*, que expressa o capital como seu próprio limite<sup>7</sup>. O ilimitado da acumulação capitalista sempre se choca, em decorrência da ampliação da produtividade social, com a quantidade limitada de força de trabalho empregada (capital variável) e capaz de realizar a mais-valia produzida, ocasionando uma queda tendencial da taxa de lucro e crises. O capital, assim, é conduzido a deslocar incessantemente seus limites internos, para reproduzi-los em uma escala ampliada. Tal deslocamento é feito a partir da produção de novos processos de desterritorialização e descodificação dos fluxos e sua conjunção a partir da relação entre dinheiro e trabalho, de modo que a acumulação primitiva é para os autores “permanente e não para de reproduzir-se” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 308).

Assim, percebe-se que o conceito de axiomática visa sintetizar um conjunto de determinações de um modo de vida fundamentado por uma relação social que tem a forma de uma abstração quantificável. Essa forma de relação social, aliás, é apreendida a partir de seu caráter negativo, na medida em que ela se sustenta sob a destruição de todas as formas de relações sociais não-capitalistas. Tais formas de relações sociais tinham em comum o fato de consistirem em impor um código aos fluxos do desejo. Codificar significa qualificar os fluxos e estabelecer, assim, uma relação de não equivalência entre eles: fluxos de prestígio, de bens de consumo, de criança, de mulheres etc. Dada sua incomensurabilidade, a relação entre tais fluxos é indireta e expressa em termos de dívida, de dons e contra dons a partir de quantidades sempre finitas de fluxos qualitativos.<sup>8</sup> Mesmo que haja excedentes, esses são mais-valia de fluxos qualitativamente distintos ou mais-valia de código. A equivalência e, portanto, a suposição de algo de “ilimitado” é uma impossibilidade lógica, pois as quantidades não remetem a um abstrato quantificável independente, mas aos blocos qualificados finitos. Por essa razão, as formas

---

<sup>7</sup> Em *O Anti-Édipo*, os autores caracterizam mais de uma vez a máquina capitalista como diacrônica, sendo um traço distintivo de sua temporalidade em relação às demais máquinas sociais: “(...) a máquina despótica é sincrônica, ao passo que o tempo da máquina capitalista é diacrônico; os capitalistas surgem sucessivamente numa série que funda um tipo de criatividade da história – estranho zoológico: tempo esquizoide do novo corte criativo” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 296).

<sup>8</sup> Sobre a codificação como qualificação dos fluxos e formação de compostos qualitativos, móveis e limitados, que não entram em relações de equivalência, ver Deleuze e Guattari (2011b, p. 328).

determinantes de relações sociais não podem também ser ditas econômicas, mas extraeconômicas: relações de aliança, filiação, religiosas, políticas e jurídicas.

Mas há um último aspecto da axiomática que é preciso sublinhar e que a caracteriza como mortuária. Trata-se do fato de o *aparelho de anti-produção* deixar de ser “transcendente” para se tornar imanente ou coextensivo a toda produção<sup>9</sup>. Para Deleuze e Guattari, toda forma social molar é uma “anti-produção”, pois trata-se de uma forma que por si mesma não pode produzir nada, mas deve se apropriar das forças, agentes de produção e suas relações, fazendo como se estes emanassem dessas formas sociais como pressupostos fetichistas, naturais ou divinos. Contudo, no *Corpo Pleno do Désposta*, o Estado figura como aparelho de anti-produção transcendente, na medida em que não se apropria diretamente do processo produtivo, mas deixa-o subsistir com relativa autonomia nas múltiplas comunidades com suas relações de codificação, se apropriando por “sobrecodificação” via tributo, trabalho público e renda da terra. Ou seja, a sobrecodificação opera de maneira indireta sobre fluxos já codificados. De outro modo, a axiomática constitui diretamente os elementos produtivos e suas relações de produção, se realizando ao mesmo tempo em toda totalidade do campo social. É por isso que a axiomática é uma forma de totalização e estruturação imanente (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 164). Enquanto nas formações Despótica o Estado é distante, transcendente em sua relação com o campo social, o dinheiro, enquanto forma de expressão independente da abstração, é imanente, circula e está em todos os momentos da vida social e se relaciona diretamente com a realização dos fluxos convertidos em quantidade abstrata. Por essa razão, a repressão responsável pela apropriação do processo produtivo no interior de uma forma de poder social autonomizada é também imanente e tão mais brutal quanto o mais terrível Império.

O próprio Estado tem seu papel profundamente transformado nas condições do capitalismo, subordinado a um campo de forças “cujos fluxos ele coordenada e cujas relações autônomas de dominação e subordinação ele exprime” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 293). Se antes o Estado desempenhava o papel determinante de uma unidade transcendente, na modernidade o Estado tende à concretização impulsionado pelo

---

<sup>9</sup> Tanto em *O Anti-Édipo* quanto em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari caracterizam a ruptura dos Estados pré-capitalistas para os Estados modernos como a passagem da transcendência para a imanência, que acompanha a tendência a concretização da abstração axiomática. A própria lei dos Estados tendem, assim, a se tornar imanente, agindo num sentido de reunir cada vez mais as partes num todo de maneira direta. Sobre essa transformação da transcendência para a imanência, ver Deleuze; Guattari (2011b, p. 280 e 293; 2012b, p. 164).

processo de “efusão do aparelho de anti-produção” que caracteriza “todo o sistema capitalista” (*Ibidem*, p. 313). O Estado perde sua potência ao ser posto a serviço de uma potência econômica e das classes que são aí engendradas, bem como seus conflitos. O papel principal do Estado é agora regular os fluxos descodificados de dinheiro e trabalho, regular as quantidades abstratas, garantir suas relações de produção diferenciais (capital-trabalho) e a realização da acumulação monetária. É nesse sentido que o Estado já não tem nada de “territorial”, seu objeto não é mais a terra e as máquinas territoriais, mas os fluxos de quantidades abstratas e suas respectivas subjetivações.

Como então interpretar as *neoterritorialidades* do capital? É preciso que a contradição interna do capital, expressa na queda tendencial da taxa de lucro, seja também considerada na relação entre capital-trabalho e Estado. Por um lado, vimos que o capital procede por desterritorialização e descodificação, mas por outro é preciso que tal processo seja feito dentro das *condições determinadas* do capital, o que implica processos de reterritorialização no qual o Estado desempenha um papel importante como garantidor da realização do processo de acumulação de fluxos de quantidade abstrata. É ao mesmo tempo que as duas coisas são feitas: a descodificação e desterritorialização do capital é indissociável de neoterritorialidades pelas quais os fluxos descodificados e desterritorializados são conjugados e as relações de produção estabelecidas, impedindo que a descodificação e desterritorialização escapem aos limites da valorização do valor capitalista.<sup>10</sup> O capitalismo teve desde o início a necessidade do Estado, da sua polícia, do seu exército, das suas prisões, dos seus serviços públicos e assistenciais para garantir que o fluxo de trabalho no desterritorializado e descodificado se encontrasse com o fluxo de dinheiro; para garantir a desterritorialização e descodificação dos meios de produção, a partir das práticas de expropriação e privatização de terras; para regular os salários, reproduzir e controlar a mão de obra; para realizar o deslocamento das crises; para absorver e realizar parte da mais-valia etc. Assim, as reterritorializações empreendidas pelo Estado são modos de realização das quantidades abstratas ilimitadas enquanto tais, se dão em função delas: os Estados agrupam diversos setores produtivos, recursos, populações, meios de produção, regulando a conjunção e garantindo a realização de quantidades abstratas que, entretanto, ultrapassam os Estados, pois são de partidas

---

<sup>10</sup> Comentam os autores: “é ao mesmo tempo que os fluxos são descodificados e axiomatizados pelo capitalismo”; “no limite, é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que são presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 326; 343).

mundiais. Dito de outro modo, as neoterritorialidades, em especial o Estado, regulam a realização das desterritorializações e descodificações nos limites do capital. Contudo, o capital deve, para se reproduzir, deslocar constantemente os limites imanentes de seu próprio processo de acumulação, desterritorilizando, por sua vez, suas próprias reterritorializações e assim por diante. Desse modo, o capitalismo é animado por dois polos, um que vai em direção a descodificação e desterritorialização, e um que reanima o Estado e os sonhos do *Urstaat* todo poderoso, que ressurgem com os golpes de ditadura mundial, de ditadores locais e na ação das polícias; um polo esquizofrênico e outro paranoico que expressa o capital como limite de si mesmo.

Ora, essa relação entre o capital e o Estado moderno, com sua polícia e seu exército, integrando um complexo político-militar-econômico que envolve as ações do Estado em geral, as ações militares e as atividades econômicas, mostra bem como a anti-produção se tornou imanente. O dispêndio de forças destrutivas, como aquelas mobilizadas na guerra e para a repressão não se opõe à produção social, mas se faz no seu seio e a condiciona: as despesas militares e policiais do Estado realizam a mais-valia produzida pelo complexo industrial. Como dizem Deleuze e Guattari: só a guerra conseguiu levar a cabo aquilo em que o *New Deal* falhara (Deleuze; Guattari, 2011b, p.312). O Capital como instância de anti-produção, portanto, instaura um novo regime de violência, ligado à forma dinheiro e sua acumulação ilimitada. Quer dizer, o ilimitado do dinheiro se insere não só na ampliação da produção, mas também no uso ampliado das forças destrutivas a partir do investimento, por um lado, em material, indústria e economia de guerra (capital constante) e, por outro, no investimento na população que faz e ao mesmo tempo padece a guerra (capital variável) (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 114). Como observa Yasmin Texeira, estamos diante da emergência de uma nova *linhagem tecnológica*, uma linhagem propriamente armamentista (Texeira, 2023, p.116).<sup>11</sup> Tal linhagem é imanente à emergência do regime de violência das quantidades abstrata

---

<sup>11</sup> Como observa Yasmin Texeira, para Deleuze e Guattari um elemento ou uma *máquina técnica* é determinado pelo *agenciamento* ao qual pertence, sendo possível, assim, falar de um linhagem armamentista própria do regime de violência capitalista (Texeira, 2023, p. 109). Como argumentam Deleuze e Guattari, é a maneira como um agenciamento recorta o *phylum* como “continuidade ideal da matéria-movimento” que irá produzir linhagens tecnológicas distintas: “O princípio de toda é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for remontado a um *agenciamento* que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão..., etc.” (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 81).

ilimitadas e da correlata transformação das máquinas técnicas, dentre elas as armas e o armamento, em mercadoria.

O regime de violência da axiomática instaura, além disso, uma nova relação entre produção social e morte, na medida em que, como afirmam Deleuze e Guattari, “empreender a morte é uma das formas principais e específicas da absorção de mais-valia no capitalismo” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 445). Nesse contexto social, a morte se torna instinto, potência destrutiva disseminada por todo o sistema e que faz da morte algo igualmente descodificado: indo dos acidentes de carro em massa às guerras cada vez mais generalizadas e totais contra a própria população.

Deleuze e Guattari nos mostram, assim, como a axiomática capitalista desprende necessariamente uma potência de destruição (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 180). Essa potência, enquanto um tipo específico de produção do desejo que preenche, sob condições determinadas, a produção social capitalista, é um *continuum* que atravessa todo o corpo social e se encarna nos complexos tecnológicos militares, industriais e financeiros. É que, como argumentam os autores, “o desejo nunca é uma energia indiferenciada, mas resulta ele próprio de uma montagem elaborada, de um *engineering* de altas interações: toda uma segmentaridade flexível que trata de energias moleculares e determina eventualmente o desejo de já ser fascistas” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 101-102). A potência de destruição ou o *instinto de morte* nada mais é que o desejo produzido nas condições determinadas do capital: desejo de dinheiro, que é também desejo de exército, de polícia, de Estado e que conduz o desejo a desejar seu próprio aniquilamento<sup>12</sup>.

Dado esse pano de fundo, Deleuze e Guattari argumentam que a tendência capitalista de desenvolver a guerra total e destravar, assim, uma máquina de guerra mundial autonomizada, é irresistível (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 114-115). Na guerra fria, caracterizada pelos autores como terceira guerra mundial, a guerra ilimitada se consolida como uma máquina mundial que se efetua de maneira autonomizada aos Estados, que se tornam “apenas partes, oponíveis ou opostas, de uma imensa ‘máquina de guerra’”, suscitando “as mais terríveis guerras locais como partes dela mesma” (*Ibidem*). Essa imensa máquina estabelece também um novo tipo de inimigo, que é o

---

<sup>12</sup> Para Deleuze e Guattari o próprio Freud “explicitou bem o liame entre sua ‘descoberta’ do instinto de morte e a guerra de 1914 a 1918, que permanece como modelo de guerra capitalista” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 444). Mas os autores não deixam de acrescentar que a psicanálise, por intermédio da afirmação do instinto de morte como um princípio transcendente em relação à vida, “celebra as núpcias da psicanálise com o capitalismo”, pois permite que a psicanálise em sua prática contribua para difusão do instinto de morte como “morte imanente, difusa, absorvida” (*Ibidem*, p. 445).

inimigo qualquer, difuso e que faz a guerra voltar-se cada vez mais contra a própria população civil. Tal guerra ilimitada contra um inimigo difuso é uma consequência do emprego cada vez mais ampliado de forças destrutivas e da necessidade que essas se efetivem como forma de realização da mais-valia, participando ativamente da própria redistribuição do mundo por recursos naturais e condicionando, assim, a própria reprodução da máquina capitalista. É a própria máquina social capitalista que se transforma, assim, em uma guerra permanente materializada, como atesta a concepção de paz e segurança como “insegurança organizada ou catástrofe programada, distribuída, molecularizada” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 182). Como observa Éric Alliez e Maurizio Lazzarato, seguindo as pistas de Deleuze e Guattari, a Guerra Fria realiza uma “socialização e uma capitalização intensivas da subsunção real da sociedade e da população à economia de guerra da primeira metade do século XX” (Alliez; Lazzarato, 2016, p. 24-25, *tradução minha*). Tal socialização e capitalização é feita ampliando o domínio da guerra à própria paz, tornando indistinto as divisões entre paz e guerra, civil e militar, externo e interno: “as guerras tinham se tornado partes da paz” (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 182).

É necessário ainda observarmos que a tendência interna do capitalismo em destravar uma máquina de guerra mundial autonomizada segue a tendência de modificação da composição orgânica do capital: o aumento proporcional do capital constante em detrimento do capital variável (trabalho vivo). A guerra se torna cada vez mais *guerra de material*, no interior da qual os seres humanos são cada vez menos sujeitados pelo trabalho (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 180). Assim, por um lado, a máquina de guerra do capital é uma guerra materializada encarnada nos seus complexos financeiros, industriais e militares, que tem como objeto a gestão da (in)segurança. O que demanda um processo contínuo de redistribuição dos recursos marítimos e planetários exigidos para a reprodução da máquina de guerra. Por outro lado, a guerra materializada e de material demanda, cada vez menos, a sujeição de seres humanos por meio da sua absorção na forma de capital variável. Trata-se, assim, de uma guerra cada vez mais automatizada, dirigida pela predominância do capital constante, que perfaz um regime de *servidão maquínica* no qual os seres humanos são apenas elementos, peças, espectadores, usuários e objetos, cada vez mais descartáveis, de modulação e controle maquínico.

Com efeito, e à título de conclusão, o diagnóstico de Deleuze e Guattari sobre a situação da axiomática capitalista de seu tempo (década de 80), nos mostra como os autores analisavam o regime de violência capitalista como um regime próprio da forma

do dinheiro e da sua acumulação. Em outro termos, como a acumulação ampliada de dinheiro é também uma acumulação ampliada de destruição. Os autores também nos mostram como o desenvolvimento da guerra segue, sobretudo, as transformações que se dão no nível da composição orgânica do capital: a relação entre capital constante e capital variável, sendo que este último vai se tornando cada vez menor, configurando um mundo marcado pelo trabalho precário e pelo desemprego, que está na base da predominância de uma servidão maquínica que se manifesta igualmente numa guerra contra a própria população.

## **Referências**

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.2. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.3. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.4. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.5. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, G. **A Ilha Deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.
- DELEUZE, G. **Cursos em Vincennes**. Disponíveis em: <http://www2.univ-paris8.fr/deleuze/> e <https://www.webdeleuze.com/>. Acesso em: 24 jul 2022.
- DELEUZE, G. **Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia**. Buenos Aires: Cactus, 2005.
- ALLIEZ, E.; LAZZARATO, M. **Guerres et Capital**. Paris: Editions Amsterdam, 2016.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção. São Paulo: Boitempo, 2013. (E-book).
- SIBERTIN-BLANC, G. **Deleuze et l'aint-Edipe: La production du désir**. Paris: Presses Universitaires de Frances, 2010.
- SIBERTIN-BLANC, G. **Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme histórico-machinique**. Paris: Press Universitaires de Frances, 2013.
- TEXEIRA, Y. O. A. Linhagens do Armamento: Guerra e Tecnologia em Deleuze e guattari. In: **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 30, n. 62, mai-ago 2023, p. 99-120.

*Recebido em: 15/02/2023*

*Aceito em: 14/04/2024*